

ADEUS AO SENADOR JONAS PINHEIRO



Ele dedicou seu mandato a defender o investimento brasileiro naquilo que considerava a verdadeira vocação econômica do país – a agricultura. Em 13 anos de Senado, marcou sua atuação em favor da renegociação das dívidas dos produtores rurais.

A Casa suspendeu a sessão de ontem para se despedir de Jonas Pinheiro, sepultado em Santo Antônio de Leverger (MT). **Páginas 4 a 6**



Marcia Kallume

Ercilison Aguiar/Secom-MT

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIV – Nº 2.749 – Brasília, quinta-feira, 21 de fevereiro de 2008

“Futuro da Terra depende de todos nós”

Presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirma, no Fórum de Legisladores do G8+5, que a tarefa de cuidar do planeta não pertence a um único indivíduo ou a um único país, mas a todos, na medida de suas responsabilidades e atitudes



José Cruz

No fórum, Serys (D), Chinaglia, Garibaldi, Samuel Pinheiro, Elliot Morley e Adam Matthews

É urgente a produção de instrumentos legais que permitam solucionar os conflitos existentes nas questões ambientais, segundo Garibaldi Alves. Ele considerou fundamentais iniciativas como a redução do desmatamento, o mercado de créditos de carbono e o incremento do uso de biocombustíveis. Também a senadora Serys Shhessarenko defendeu a produção de biocombustíveis como forma de redução das emissões de gases do efeito estufa. Cícero Lucena cobrou repasse de tecnologia dos países desenvolvidos aos emergentes. **Página 3**

Plenário avalia crédito extra para cinco ministérios

Três medidas provisórias trancam a pauta e devem ser examinadas hoje pelo Senado. Uma delas concede créditos extraordinários de R\$ 3,256 bilhões para ministérios. As outras tratam da capitalização de previdência estadual e da aposentadoria do trabalhador rural autônomo. **Página 7**

Leopoldo Silva



Legisladores querem evitar legalização do aborto

Em encontro promovido pela Frente Parlamentar em Defesa da Vida, ex-senadora Heloísa Helena destaca que aborto não está entre principais causas de morte de mulheres. **Página 8**

Heloísa Helena: pessoas não se sensibilizam com métodos abortivos

CCJ debate regras para suplência de senador

Comissão de Justiça analisa pauta de 21 itens, incluindo propostas que alteram normas sobre suplência de senadores. **Página 8**

Orçamento examina hoje relatório final

Foi adiada para hoje, às 10h, a apresentação do relatório final do projeto de lei do Orçamento da União para 2008. **Página 8**



Debate sobre a Empresa Brasil de Comunicação foi proposto por Wellington Salgado. Consultor jurídico do Ministério das Comunicações também foi convidado

CCT deve ouvir Franklin Martins e Tereza Cruvinel sobre TV Pública

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) realiza na próxima terça-feira, às 10h, audiência pública sobre o funcionamento da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), criada por medida provisória (MP) no ano passado para gerir a Rede Nacional de Comunicação Pública, a TV Pública.

Estão convidados o ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Franklin Martins; a presidente da

EBC, jornalista Tereza Cruvinel; a diretora de Jornalismo da emissora, Helena Chagas; e o diretor de Programação, Leopoldo Nunes Filho; além do consultor jurídico do Ministério das Comunicações Marcelo Bechara. O debate foi proposto pelo presidente da CCT, senador Wellington Salgado (PMDB-MG).

A EBC foi criada em 25 de outubro de 2007, pela MP 398/07, para gerir a Rede Nacional de Comunicação Pública, da qual faz parte a TV Pública. A empresa é

vinculada à Secretária de Comunicação Social da Presidência da República e surgiu a partir da fusão da Empresa Brasileira de Comunicação (Radiobrás) e da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto, que coordenava a TVE.

Por determinação da MP, a sede da EBC é na cidade do Rio de Janeiro e o escritório central, em Brasília. E há centros de produção e escritórios regionais em vários estados. A TV Pública estreou em 2 de dezembro de 2007.

Garibaldi participa da posse do ministro Edson Santos

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, participou ontem da posse do deputado Edson Santos (PT-RJ) na Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, no lugar de Matilde Ribeiro. Ela renunciou ao cargo após denúncias de uso irregular de cartão corporativo. Em 2007, a então ministra gastou com o cartão R\$ 171,5 mil.

Também estiveram na solenidade o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, os senadores Ideli Salvatti (PT-SC), João Pedro (PT-AM), Paulo Paim (PT-RS), Francisco Dornelles (PP-RJ) e Marcelo Crivella (PRB-RJ), ministros, deputados e representantes de movimentos sociais



Lula disse que a ex-ministra Matilde Ribeiro "não cometeu nenhum crime"

pelos direitos dos negros.

Em discurso, o presidente Lula anunciou que a Secretaria da Igualdade Racial se transformaria em ministério. A MP com a mudança foi assinada ontem.

Lula lamentou a saída de Matilde Ribeiro, que, segundo ele, "não cometeu nenhum crime, teve apenas falhas administrativas". O

presidente a definiu como "uma companheira intocável".

O presidente Lula disse também acreditar que o Brasil avançou bastante nas questões raciais nos últimos cinco anos, mas que muito ainda falta ser feito.

Vereadores

Garibaldi Alves recebeu na manhã de ontem convite

da União dos Vereadores do Brasil (UVB) para discursar no Encontro Nacional de Presidentes e Integrantes das Mesas Diretoras das Câmaras Municipais. O evento está previsto para 5 e 6 de março. Segundo o presidente da UVB, Bento Batista da Silva, Garibaldi Alves aceitou o convite.



Comissão de Ciência e Tecnologia marca audiência para terça-feira

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Mais atenção a crianças vítimas de maus-tratos

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) reúne-se às 9h. Na pauta, o projeto (PLS 417/07) que obriga as entidades que abrigam menores a terem em seus quadros pessoal capacitado para reconhecer maus-tratos de crianças e adolescentes.

CCJ vota mudanças na suplência de senador

Às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examina o substitutivo a sete propostas de emenda à Constituição (PEC) que tratam da suplência de senador. Também será votada indicação de Kátia Magalhães Arruda para ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Presidente se encontra hoje com José Serra

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebe às 11h a embaixadora da Noruega, Turid B. Rodrigues. Às 12h30 estará com ele o presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira. Às 13h, Garibaldi preside sessão do Congresso Nacional e, às 19h, visita o governador José Serra, de São Paulo, no Palácio dos Bandeirantes.

Viagem ao Iraque

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se às 9h30. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) relatará viagem ao Iraque, feita em janeiro. Ainda na pauta, o PLS 543/07, sobre prazos de permanência de estrangeiros no país.

Abertura dos portos

Às 10h haverá sessão especial sobre os 200 anos da abertura dos portos do Brasil. A sessão deliberativa inicia-se às 14h. Três MPs trancam a pauta. A primeira abre crédito extraordinário de R\$ 3,25 bilhões para órgãos do Poder Executivo.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br/jornal | jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelo senador Garibaldi Alves

“Devemos estimular a sociedade para que se engaje no processo, mude hábitos simples, responsáveis pela degradação do ambiente”, diz presidente do Senado

Garibaldi vê papel do Legislativo no combate ao efeito estufa

Fotos: José Cruz



Garibaldi Alves, ao lado de Chinaglia, fala no Fórum de Legisladores do G8+5, em Brasília

A tarefa de cuidar do futuro do planeta não pertence a um único indivíduo ou a um único país, mas a todos, na medida de suas responsabilidades e atitudes. A afirmação foi feita ontem pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, ao discursar no Fórum de Legisladores do G8+5, destinado a avaliar uma proposta de Estratégia sobre Mudanças Climáticas pós-2012.

– Como legisladores e como líderes, nosso papel consiste, fundamentalmente, em estimular a sociedade para que ela se engaje nesse processo, mude hábitos simples, responsáveis pelo efeito estufa e pela degradação do meio ambiente. Do ponto de vista do Legislativo, temos também a missão de internalizar, no mundo jurídico, os compromissos já assumidos pelo Brasil na área perante a comunidade internacional.

De acordo com Garibaldi Alves, é urgente também a produção de instrumentos legais que permitam dirimir os conflitos existentes nas

questões ambientais, sobretudo quando envolvem projetos fundamentais para o desenvolvimento do país. Ele ressaltou que aos legisladores compete, sobretudo, liderar o processo de superação definitiva da falsa idéia de que o meio ambiente constitui um entrave para o desenvolvimento.

– Ao contrário, eu diria mesmo que o meio ambiente deve ser o objetivo final, o objetivo maior do nosso desenvolvimento.

Responsabilidade

Garibaldi afirmou não existirem mais dúvidas quanto à responsabilidade da ação humana no fenômeno das mudanças climáticas. Ele disse que os relatórios do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, sigla em inglês), da Organização das Nações Unidas, divulgados no ano passado, foram bastante conclusivos a esse respeito.

– Portanto, não devemos perder tempo discutindo as responsabilidades sobre os diversos fenômenos que vêm se intensificando e

acelerando as modificações de nossos recursos naturais. O que precisamos fazer, e com a máxima urgência, é implementar as medidas necessárias para que os seus efeitos se façam sentir numa escala menos agressiva do que mostram algumas projeções.

O senador afirmou que o Brasil, por sua extensão, por seu imenso litoral e por toda a biodiversidade que abriga, deve ser um dos países mais comprometidos com os esforços mundiais desenvolvidos em favor do meio ambiente.

– Lamentavelmente, somos o quarto país que mais lança gás carbônico na atmosfera, em decorrência de desmatamentos na região amazônica. Precisamos reverter esse quadro. Não apenas porque emitimos grande quantidade de gases tóxicos, mas também porque, ao desmatar, destruímos uma riqueza de valor incalculável para a Humanidade. A gestão da ministra do Meio Ambiente, a nossa senadora Marina Silva, tem avançado nessa luta.

Biocombustíveis e redução do desmatamento são medidas fundamentais

Garibaldi Alves afirmou, em seu pronunciamento no fórum, que iniciativas como a redução dos níveis de desmatamento, o mercado de créditos de carbono e o incremento do uso dos biocombustíveis – incluídas na pauta

do encontro – “não apenas são bem-vindas, como também são fundamentais para que possamos atingir a meta de redução global das emissões dos gases causadores do efeito estufa”.

Citando números da ONU, o

presidente do Senado advertiu que, se prosseguirem as tendências atuais de emissão de gases, no ano 2100 a temperatura média da Terra será 3º Celsius mais alta.

Além disso, prosseguiu, o nível dos oceanos terá subido cerca de

40 centímetros. Ele alertou ainda para o fato de que, mesmo que todas as emissões sejam completamente interrompidas de imediato, a temperatura mundial ficará 1,5º Celsius mais quente por causa dos gases já liberados.

Outra observação de Garibaldi Alves foi a de que diversos cientistas estão convictos de que um aumento de 2º Celsius é o limite do perigo e que precisamos reduzir em 40% as emissões atuais até o ano de 2050.

Serys contesta “falácia” contra etanol

“O Brasil quer ter papel importante para colaborar com o resto do mundo na utilização e disseminação de tecnologias e conhecimentos na área de biocombustíveis e fontes de energia renovável”, declarou a senadora Serys Slhessarenko na abertura do Fórum de Legisladores do G8+5 sobre Mudanças Climáticas. Ela defendeu a produção de biocombustíveis como forma de redução das emissões de gases do efeito estufa na atmosfera.

De acordo com Serys, “é uma falácia” a alegação de que a produção de etanol brasileira pode comprometer a oferta de alimentos. O legislador, acentuou a parlamentar, tem importante papel na expansão e disseminação das tecnologias que diminuam os custos das

medidas necessárias à redução do efeito estufa.

O fórum é uma iniciativa da Organização Global de Legisladores para um Ambiente Equilibrado (Globe, sigla em inglês). O G8+5 é formado pelas oito



Para Serys, biocombustíveis não prejudicam oferta de alimentos

nações mais desenvolvidas do mundo (Estados Unidos, Japão, Canadá, Alemanha, Inglaterra, França, Itália e Rússia) mais os cinco principais países em desenvolvimento – China, Brasil, Índia, México e África do Sul. Serys coordena o grupo de parlamentares que já participou de dois outros fóruns, realizados nos Estados Unidos e na Alemanha. Também integram o grupo os senadores Renato Casagrande (PSB-ES) e Cícero Lucena (PSDB-PB).

Cícero Lucena cobra repasse de tecnologia

A transferência de tecnologia dos países desenvolvidos aos países emergentes, prevista na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, desde 1992, não foi implementada “em virtude de resistência dos países mais desenvolvidos em repassar tecnologias mais eficientes na redução das emissões dos gases do efeito estufa”. Essa foi a advertência feita pelo senador Cícero Lucena (PSDB-PB) na abertura do fórum do G8+5.

Lucena afirmou ainda que os senadores defendem a idéia de que é essencial investir na conscientização da população mundial sobre a importância de se preservar o meio ambiente para reduzir mudanças climáticas prejudiciais à vida humana.

– Devemos incentivar

todos os países a ter a educação ambiental como disciplina obrigatória no currículo escolar a fim de gerar, gradualmente, uma mudança de hábito da população – propôs.



Lucena defende educação ambiental como disciplina obrigatória

No fórum, reunido até hoje, discutem-se temas como desmatamento, créditos de carbono e biocombustíveis. O objetivo é chegar a um acordo sobre mudanças climáticas pós-2012, que constará de declaração de consenso. Em junho, a proposta vai ser apresentada no Japão aos participantes do Diálogo dos Chefes de Estado do G8.

O parlamentar do Reino Unido e presidente da Globe, Elliot Morley, também participou da abertura do Fórum de Legisladores do G8+5.

Adeus a Jonas Pinheiro, que dedicou

Vítima de falência múltipla de órgãos, morreu às 21h35 de terça-feira o senador Jonas Pinheiro, do Democratas de Mato Grosso. Ele deixa viúva Celcita Rosa Pinheiro da Silva, com quem teve dois filhos – Giorgio Pinheiro da Silva e Giani Antonia de Moraes. Senador desde 1995, seu primeiro suplente é Gilberto Goellner, empresário do ramo agrícola. O presidente do Senado, Garibaldi Alves, viajou a Mato Grosso a fim de participar das últimas homenagens ao senador.

Reconhecido como profundo conhecedor do agronegócio, Jonas Pinheiro dedicou seu mandato a defender da tribuna o investimento brasileiro naquilo que considerava a verdadeira vocação econômica do país – a agricultura. Em 13 anos de Senado, sua atuação mais destacada foi em defesa da renegociação das dívidas dos produtores rurais. “Coloquei sempre em primeiro lugar o trabalhador do campo e os seus problemas.” Nascido em Santo Antônio de Leverger (MT), em 22 de janeiro de 1941, filho de pescador, Jonas Pinheiro dizia que o mandato parlamentar jamais foi cogitado em sua infância, vivida basicamente entre pequenos agricultores. Estudante de escolas agrícolas e formado em Medicina Veterinária, elegeu-se em 1982 deputado federal, exercendo mandato até 1994, quando foi eleito senador.

“O povo não quer viver na miséria, não quer ser explorado, nem quer ser ludibriado com promessas”

Em sua fala simples e gestos humildes, dizia-se um representante, no Senado, do lavrador.

“O povo é simples e quer coisas simples: quer alimento, quer vestuário e quer moradia; quer

também escolas e hospitais; mas, antes de tudo, o povo quer trabalho. Afinal das contas, o povo anseia, desesperadamente, por dignidade. Simples também são as coisas que o povo não quer: o povo não quer viver na miséria, não quer ser explorado, nem quer ser ludibriado com promessas que nunca se hão de cumprir”, registrou Jonas Pinheiro em sua página na internet. Seus últimos discursos no Plenário trataram da adesão de Mato Grosso ao Programa de Ajuste Fiscal dos Estados, da criação da Frente Parlamentar Mista pela Extensão Rural, do lançamento do Plano Agrícola e Pecuário/2008 e do anúncio de renegociação, pelo governo federal, das dívidas dos produtores rurais.

Em seus dois mandatos no Senado, apresentou 59 proposições, sendo 33 projetos e 26 requerimentos, predominando nessas iniciativas os temas ligados à agricultura e ao meio ambiente. Integrava como membro titular quatro comissões do Senado: Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), e Agricultura e Reforma Agrária (CRA). E participava, como suplente, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.



Márcio Kalume



Em 29 de junho de 2005, Jonas Pinheiro (foto à esq.) participa do tratoração, movimento em defesa do campo realizado em frente ao Congresso Nacional. D

GARIBALDI ALVES

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, disse ter testemunhado de perto a “defesa obstinada” que Jonas Pinheiro fazia da agropecuária e do agronegócio por ter participado com ele da CPI do Endividamento Rural, em 1993-1994.

DEMOSTENES TORRES

Demostenes Torres (DEM-GO) afirmou que o senador mato-grossense foi um político que “nunca se envolveu em escândalos” e que sempre teve uma vida “correta e limpa”.

PEDRO SIMON

Um “apaixonado lutador” pela causa da agropecuária, disse da tribuna Pedro Simon (PMDB-RS) a respeito de Jonas Pinheiro. O senador por Mato Grosso, acrescentou, buscava o entendimento entre o produtor e o trabalhador.

LÚCIA VÂNIA

A luta de Jonas Pinheiro pelo desenvolvimento do Centro-Oeste foi lembrada pela presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Lúcia Vânia (PSDB-GO), que lastimou a morte do senador por Mato Grosso.

EDUARDO SUPLYCY

Da tribuna do Senado, Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que Jonas Pinheiro era uma das pessoas que mais entendiam de agricultura. “Acordava cedo e trabalhava muito, como todo homem do meio rural.”

MARCONI PERILLO

Com jeito humilde e muita competência técnica, Jonas Pinheiro colaborou muito para o avanço da agricultura e da pesquisa agropecuária, segundo afirmou, da tribuna, Marconi Perillo (PSDB-GO).

KÁTIA ABREU

Ficará “um vazio muito grande no Congresso”, pois Jonas Pinheiro tinha credibilidade e voz entre os colegas quando o assunto era agronegócio, afirmou Kátia Abreu (DEM-TO), ao manifestou sua tristeza pela morte de seu correligionário.

CRISTOVAM BUARQUE

Jonas Pinheiro era um agrônomo que, por seu trabalho, “construiu uma carreira política que deixa o seu estado orgulhoso”, afirmou Cristovam Buarque ao suspender reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

GIM ARGELLO

Jim Argello (PTB-DF) destacou a atuação parlamentar do senador por Mato Grosso, voltada à defesa do agronegócio brasileiro. “Jonas Pinheiro foi um dos grandes responsáveis pelo desenvolvimento da agricultura.”

seu mandato à defesa da agricultura



Gerardo Magela

▼ O senador, por ele mesmo

Ao assumir o mandato, o senador Jonas Pinheiro escreveu e disponibilizou em sua página na internet uma pequena autobiografia. Nela, revela suas expectativas na infância, a carreira não imaginada, os compromissos para com os homens e as mulheres do campo e a sua visão de política – ato simples para resolver coisas e demandas igualmente simples.

Abaixo, reproduzimos parágrafos do texto:

Na infância

“Nos tempos de minha infância, e mesmo na minha juventude, vivendo entre pequenos agricultores e pescadores, jamais imaginei que o futuro me reservasse o privilégio de um dia poder estar num cargo de âmbito nacional, no qual eu pudesse ajudar de alguma forma aqueles conterrâneos, cujo trabalho, tão importante, é tão pouco valorizado.”

A consciência

“A consciência do fato de que há sobras em tantas mesas brasileiras, mas que falta alimento na maioria delas, faz de mim um constante e tenaz lutador para alcançar que cada homem tenha seu meio de sustento e sua dignidade respeitada, mas, principalmente, aquele pequeno produtor do campo, para que ele tenha aquilo que, por direito, lhe pertence: a recompensa pecuniária justa pelo seu trabalho, de modo que lhe seja permitido, como a outros, adquirir bens materiais para seu conforto, saúde e bem-estar, e bens psicológicos e espirituais, como a paz e a tranquilidade, para si e sua família, coisas que constituem patrimônio da civilização e da cultura no mundo desenvolvido de hoje.”

Contra a demagogia

“Não se melhoram condições de vida de um povo apenas com frases de efeito ou com boas intenções. Devem ser postas de lado a retórica, as especulações abstratas, a declamação demagógica, e tomadas, com

firmeza e conhecimento de causa, medidas severas e plausíveis, a fim de sanear esse descompasso que está havendo entre o trabalho e a renda do campo, a fim de que os problemas ali existentes sejam enfrentados com objetividade.”

Das coisas simples

“O povo é simples e quer coisas simples: quer alimento, quer vestuário e quer moradia; quer também escolas e hospitais; mas, antes de tudo, o povo quer trabalho. Ao final das contas, o povo anseia, desesperadamente, por dignidade. Simples também são as coisas que o povo não quer: o povo não quer viver na miséria, não quer ser explorado, nem quer ser ludibriado com promessas que nunca se hão de cumprir.”

A sociologia do campo

“Os meus objetivos sempre foram claros e definidos. Como deputado e, atualmente, como senador, quis dispensar especial atenção aos trabalhadores do campo, pois são eles que produzem o nosso alimento. Lutei para tornar a vida rural mais produtiva e mais atraente, a fim de evitar o êxodo rural. A população rural, composta de donos de terra e de empregados rurais, cresceu mais do que o serviço de mão-de-obra no campo pôde utilizar. Assim, os mais jovens demandaram às grandes cidades do estado e até às de outras regiões do país em busca de trabalho e de uma vida mais promissora. Tenho lutado incessantemente para criar no campo novas condições de trabalho; proporcionar aos agricultores os meios e os instrumentos de produção; prestar-lhes assistência técnica; dar-lhes escolas, hospitais, crédito, estradas e diminuir, senão suprimir, os altos tributos que recaem sobre a produção e que a dificultam diretamente.”

e fala simples e gestos humildes, ele se dizia um representante, no Senado, do lavrador brasileiro

EFRAIM MORAIS

O país e o Congresso Nacional perderam “um homem digno e um defensor do cidadão e dos empreendedores do setor agrícola”, declarou Efraim Morais (DEM-PB). O setor rural, acrescentou o 1º secretário do Senado, “era sua vida”.

VALDIR RAUPP

Era “um homem notável” nos debates sobre a agricultura, declarou Valdir Raupp (RO), ao homenagear Jonas Pinheiro. O líder do PMDB observou que Jonas era um profundo conhecedor das políticas públicas para essa área.

HERÁCLITO FORTES

Uma “voz forte e de grande convicção, sem radicalismos, na defesa dos interesses da agricultura”. Assim Heráclito Fortes (DEM-PI) lembrou a trajetória política de Jonas Pinheiro na Câmara dos Deputados e no Senado.

JOSÉ AGRIPINO

O DEM perde “um grande intérprete” do setor agrícola, lamentou o líder do partido, José Agripino (RN), ao comentar a morte de Jonas Pinheiro. Além de produtor, acrescentou, era um estudioso das questões de tecnologia da área.

JAYME CAMPOS

Um homem a quem Mato Grosso deve muito – é assim que Jayme Campos se refere a Jonas Pinheiro. Lembrou que acompanha a trajetória política do senador falecido desde 1982 e se considerava seu amigo pessoal.

ALVARO DIAS

Alvaro Dias (PSDB-APR) ressaltou a “simplicidade” de Jonas Pinheiro. “Os agricultores brasileiros contavam com ele. Foi uma liderança destacada da agropecuária”, acrescentou, observando que Jonas atuou com altivez e dedicação.

ROSALBA CIARLINI

Mato Grosso e o Brasil sentirão muita falta desse pantaneiro que tanto lutou pela agricultura brasileira, destacou Rosalba Ciarlini (DEM-RN) ao lamentar a morte do senador Jonas Pinheiro.

ROMERO JUCÁ

Líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), lembrou a atuação do senador de Mato Grosso em defesa do agronegócio. “Sempre será lembrado como uma voz de referência do setor, ouvido por todos os partidos políticos”.

RENATO CASAGRANDE

Discreto e eficiente – assim Renato Casagrande (PSB-ES) resumiu as principais características de Jonas Pinheiro. “Ele pautou na discrição sua trajetória. Nem por isso suas ações foram menos eficientes e produtivas.”

SERYS SLHESARENKO

É a perda de um político histórico no estado de Mato Grosso, disse Serys Slhessarenko (PT-MT) sobre o falecimento de Jonas Pinheiro. Ela destacou que o senador tinha quase 30 anos de vida pública, “sempre com muita participação”.

MARCO MACIEL

Jonas Pinheiro era, a um só tempo, “excelente homem público e conhecedor das questões relacionadas à agropecuária”, afirmou Marco Maciel (DEM-PE), ao destacar “o exemplo de seriedade” que Jonas deixa para o Parlamento.

ALOIZIO MERCADANTE

Aloizio Mercadante (PT-SP) afirmou que a convivência com o senador de Mato Grosso foi um privilégio. Citou a “humildade nas relações pessoais, a dignidade nas atitudes e a generosidade dos gestos” como marcas de Jonas Pinheiro.

INÁCIO ARRUDA

Líder do PCdoB, Inácio Arruda (CE), lembrou que Jonas Pinheiro dedicou-se integralmente, e com determinação, à busca das melhores condições para expandir a produção agropecuária em todas as regiões do país.

FERNANDO COLLOR

Fernando Collor (PTB-AL) declarou-se “consternado com a perda de um grande político e empreendedor”. Observou que o convívio permitiu-lhe colher “o bom exemplo e a fé cristã que sempre estimularam a vida” de Jonas Pinheiro.

ARTHUR VIRGÍLIO

Líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), notou que Jonas Pinheiro, por conhecer “profundamente” a agricultura, tornou-se fonte de consulta para vários colegas. “É uma grande perda para o Senado e para a oposição”, sintetizou.

Edilson Aguiar/Soccom-AMT



Cerca de 5 mil pessoas participam do velório do senador, em sua cidade natal

Em Mato Grosso, a última homenagem a Jonas Pinheiro

Cerca de 5 mil pessoas presaram a última homenagem ao senador Jonas Pinheiro no fim da tarde de ontem, na sua cidade natal, Santo Antônio de Leverger (MT). O cortejo, que acompanhou a pé o corpo do senador do velório até o cemitério, foi marcado por grande comoção e considerado o maior já registrado em toda a história do município.

O governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, referiu-se a Jonas Pinheiro como o responsável direto pela sua entrada na vida pública.

– Foi Jonas quem viajou até o Paraná e convenceu minha mãe a permitir que eu entrasse para o meio político. O luto não é apenas oficial, mas principalmente emocional – disse Maggi.

A esposa de Jonas, Celcita Pinheiro, explicou que o velório não ocorreu na Assembleia Legislativa do estado, mas na casa da família, de modo simples, em respeito a um pedido pessoal do próprio senador.

Presente ao sepultamento, com outros 23 senadores, o presidente do Senado Federal, Garibaldi Alves Filho, citou o papel destacado de Jonas Pinheiro no processo de renegociação da dívida dos produtores rurais.

Segundo informações da Secretaria de Comunicação Social do Estado de Mato Grosso, Garibaldi afirmou, na ocasião, que, se o estado consegue superar a crise econômica que enfrentou no agronegócio nos últimos anos, deve parte do sucesso ao senador.

Goellner, primeiro suplente, deve manter defesa do agronegócio

O provável substituto do senador Jonas Pinheiro deverá manter a atuação parlamentar com destaque à defesa do agronegócio. Primeiro suplente do senador falecido na noite de terça-feira, o engenheiro agrônomo e empresário Gilberto Goellner levou diversas vezes ao Plenário do Senado mensagens de apoio ao setor agropecuário durante os quatro meses em que assumiu o mandato de senador em substituição ao titular, de agosto a dezembro de 2005.

Já naquela época ele contestou as acusações (que voltaram a ser feitas recentemente) de que a expansão do agronegócio em Mato Grosso seria responsável pela derrubada de florestas no estado. Em sua opinião, muitas dessas críticas seriam provenientes de países que concorrem com o Brasil na produção agro-



Quando substituiu Jonas em 2005, Goellner apoiou o setor em Plenário

pecuária.

Durante o período em que exerceu o mandato, Goellner cobrou pressa do governo na regulamentação da Lei de Biossegurança, que trata da utilização de organismos geneticamente modificados. O senador também cobrou, em Plenário, investimentos na infra-estrutura de transportes no país.

Para Demostenes, uma recusa do governo em dividir funções na comissão parlamentar mista de inquérito dos cartões corporativos significará o desejo de abafar investigações

Oposição insiste em CPI no Senado se não conseguir cargo na mista

O senador Demostenes Torres (DEM-GO) afirmou que, se o governo não “respeitar a tradição do Senado” e não entregar à oposição um dos cargos de direção da CPI dos Cartões Corporativos, os parlamentares opositoristas levarão em frente a criação de uma comissão parlamentar de inquérito apenas no Senado.

– Se o governo repartir cargos, poderemos apoiar a CPI mista. Se não, insistiremos na CPI do Senado. Não há imposição regimental sobre essa divisão de cargos com a oposição, há apenas uma tradição. Se houver o rompimento, é sinal de que o governo quer abafar as investigações.

Na terça-feira, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), encaminhou à Mesa do Senado requerimento com 33 assinaturas pedindo a criação de uma CPI composta somente por senadores para investigar gastos efetuados por membros do Executivo detentores de cartões corporativos, desde a instituição desse instrumento, em 2001.

Requerimento será lido hoje em sessão do Congresso

A morte do senador Jonas Pinheiro adiou para as 13h de hoje a leitura do requerimento de criação de CPI mista destinada a investigar irregularidades no uso de cartões corporativos do governo federal. Logo que soube do óbito, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, determinou que, em sinal de luto, as sessões do Congresso e do Senado, assim como as reuniões de todas as comissões técnicas, fossem canceladas.

A sessão de hoje do Congresso Nacional será exclusivamente para a leitura do requerimento de instalação da CPI mista, que só deve ter seus integrantes indicados na próxima semana.

O presidente do Senado apelou ao governo e à oposição para que cheguem a um acordo capaz de evitar a instalação de duas CPIs no Congresso, medida que, em sua avaliação, engessaria os trabalhos do Legislativo, exatamente quando a instituição mais precisa ser revitalizada.



Demostenes: “Não se trata de imposição regimental, mas sim de uma tradição”

Demostenes Torres salientou que o Democratas busca na CPI – mista ou do Senado – unidade com o PSDB, e espera que os tucanos indiquem seus “parlamentares mais combativos” para participar da comissão. Para ele, o Senado tem dado mostras de “maior independência” em relação ao governo.

– Queremos afastar essa idéia de que o PSDB fez acordo com o governo. Queremos apuração de irregularidades, seja no governo

Gerardo Magalhães

Lula ou no de Fernando Henrique. Não aceitaremos acordos nem ingerências. Sou favorável a que se investigue até Pedro Álvares Cabral – declarou.

O senador de Goiás reconheceu que, às vezes, os resultados das CPIs parecem frustrantes para a população, por não promoverem a punição dos culpados. Mas lembrou que as investigações efetuadas pelos parlamentares sempre trazem resultados positivos, como permitir que a população forme sua própria opinião sobre o assunto.

Quanto à possibilidade de se criar uma comissão parlamentar de inquérito sobre o roubo de dados sigilosos da Petrobras, Demostenes Torres frisou que, a princípio, se trata de um caso de polícia. Entretanto, se for comprovado que houve facilitação de algum servidor da estatal na remessa de informações para governos estrangeiros é que se configuraria um problema de segurança nacional, que poderia ser alvo de CPI, observou.



Projeto de Lúcia Vânia tramita em conjunto com outros três



Augusto Botelho discute matéria com Anvisa e outras entidades

CAS adia decisão sobre planos de saúde com cobertura reduzida

Em razão da morte de Jonas Pinheiro, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) cancelou a reunião de ontem, que examinaria projeto da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que permite a contratação de planos de saúde com coberturas reduzidas. A proposta, que tramita em conjunto com outras três sobre o mesmo tema, foi discutida pela CAS no dia 13 passado, quando Papaléo Paes (PSDB-AP) pediu vista da matéria.

O relator do projeto, Augusto Botelho (PT-RR), apresentou

substitutivo englobando pontos das quatro matérias (PLSs 277/04, 44/04, 187/02 e 113/06). O senador lembrou que, há mais de um ano, debate seu parecer com especialistas de várias entidades, entre elas a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A CAS poderá analisar, na próxima reunião, proposta (PLC 52/03) que estabelece a obrigatoriedade de exames preventivos de acuidade visual e auditiva nos alunos de estabelecimentos públicos de ensino fundamental.

Célio Azevedo

Leopoldo Silva

Congresso inicia na próxima semana exame de 885 vetos presidenciais

Uma nova sessão do Congresso Nacional destinada à votação de vetos do Poder Executivo a proposições parlamentares deve ser convocada para a próxima semana pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho. A sessão que estava marcada para ontem não se realizou em virtude da morte do senador Jonas Pinheiro, ocorrida na noite de terça-feira.

Aguardam a análise de vetos pelo Congresso 141 projetos, totalizando 885 partes vetadas. No primeiro grupo estão 13 proposições, entre as quais o projeto de lei, vetado integralmente, que transferia do Ministério do Trabalho para a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) a atribuição

de realizar o registro prévio para o exercício da profissão de jornalista (PLC 3.152/97).

Ao vetar o projeto, o Executivo alegou inconstitucionalidade e argumentou que, caso a iniciativa fosse transformada em lei, a Fenaj poderia configurar-se em um “instrumento de coerção” para obrigar os profissionais da imprensa a se filiarem a ela.

Também consta da pauta o veto ao artigo 4º do PLC 78/02, que dava competência ao Conselho Federal de Medicina Veterinária para organizar e instalar o respectivo conselho regional no Distrito Federal. Para o Executivo, o órgão só poderia ser criado tendo por base uma modificação legislativa cujo processo parla-

mentar tivesse sido deflagrado por iniciativa presidencial, o que não ocorreu.

O Plenário do Congresso deve analisar ainda o veto ao Projeto de Lei de Conversão 60/04, proveniente da Medida Provisória 214/04, que autorizava o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia a criarem linhas de crédito específicas para o cultivo de oleaginosas destinadas à fabricação de biodiesel. De acordo com o Executivo, tal competência é exclusiva do presidente da República, e o projeto caracterizaria, dessa forma, invasão de competência.



Congresso deve analisar vetos do presidente a propostas que tratam de registro de jornalista a crimes de assédio sexual

Na pauta, políticas sobre uso e tráfico de drogas

Os vetos presidenciais a partes do projeto de lei que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad) estão incluídos na pauta da sessão conjunta do Congresso prevista para a próxima semana. O projeto (PLS 115/02) prescreve medidas para a prevenção do uso indevido de drogas, bem como procedimentos para a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas.

O Executivo vetou os artigos 6º e do 8º ao 15. O 6º determina que o Sisnad é integrado por um conjunto de órgãos e entidades dos poderes executivos federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal. Os demais artigos vetados referem-se a atribuições específicas de vários ministérios no sistema, criando, no âmbito do Sisnad, o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas. Essas atribuições, no entanto, são competência exclusiva do Poder Executivo, afirma o presidente na justificativa dos vetos.

Outro artigo vetado, o 71, estabelece que, “nas comarcas em que haja vara especializada para julgamento de crimes que envolvam drogas, esta acumulará as atribuições de juizado especial criminal sobre drogas”. Segundo as razões do veto, é essencial que se mantenha tratamento diferenciado entre usuário/dependente e traficante.

Executivo rejeitou duas mudanças no Código Penal

Os deputados e senadores também vão deliberar sobre vetos do Executivo a dois projetos de lei da Câmara que modificam o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40). Um deles (PLC 14/01) inclui os crimes de assédio sexual entre os chamados “crimes contra os costumes e a liberdade sexual”, como o estupro, o atentado violento ao pudor e a posse sexual mediante fraude. Já o PLC 23/00 tipifica as condutas que constituem crimes contra a Previdência Social.

Foi vetado dispositivo do PLC 14/01 que prevê detenção de um a dois anos para quem cometer crime de assédio sexual prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade e ainda com abuso ou violação de dever inerente a ofício ou ministério. Para o governo, o dispositivo “implica inegável quebra do sistema punitivo adotado pelo Código Penal”.

Já em relação ao PLC 23/00, foi vetado inciso que possibilita ao juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a multa, em caso de sonegação de contribuição previdenciária, se o agente for réu primário e, após o início da ação fiscal e antes de oferecida a denúncia, tiver pagado a dívida, mesmo que parcelada. O texto não deixa claro se o parcelamento deve ou não estar cumprido antes do recebimento da denúncia, justifica o governo.

Cinco ministérios são beneficiados por medida provisória que destina R\$ 1,7 bi à Saúde



Senado deve discutir capitalização de previdência estadual e aposentadoria de autônomo

MP que libera R\$ 3 bi a ministérios tranca a pauta do Plenário

A Medida Provisória 395/07, que abre crédito extraordinário em favor de ministérios, no valor global de R\$ 3,256 bilhões, deverá ser votada pelo Plenário na sessão ordinária de hoje. Juntamente com a MP 397/07 e o Projeto de Lei de Conversão 1/08, ela está trancando a pauta e precisa ser votada antes das demais matérias.

O maior volume dos recursos estabelecidos pela MP 395, no valor de R\$ 1,7 bilhão, destina-se ao Ministério da Saúde, vindo, em seguida, o da Educação, que receberá R\$ 403,2 milhões. Os ministérios dos Transportes e da Justiça deverão receber, respectivamente, R\$ 105,852 milhões e R\$ 84,704 milhões. Para o Ministério da Fazenda, estão reservados R\$ 50 milhões.

Previdências estaduais

O PLV 1/08 é proveniente da Medida Provisória 396/07, que autoriza o Tesouro Nacional a resgatar antecipadamente títulos emitidos para fundos de previdência estaduais. O resgate ocorrerá com a permuta de certificados financeiros do Tesouro (CFTs) com vencimentos até 2024 por outros com base no valor atual de mercado do certificado resgatado. A operação tem como objetivo ajudar os governos estaduais com dificuldades de caixa a pagar despesas com aposentados e pensionistas. O substitutivo vinculou a recomposição dos fundos pelos tesouros estaduais aos recursos recebidos

a título de *royalties*, participação especial, compensações financeiras ou Fundo de Participação dos Estados (FPE).

O PLV também altera a legislação que trata da expansão e da oferta de energia elétrica e estabelece que a Eletrobrás poderá participar, com poder de controle, de consórcios empresariais destinados à exploração direta ou indireta da produção ou transmissão de energia elétrica, no Brasil ou no exterior.

Trabalhadores rurais

Já a MP 397/07 revoga a MP 385/07, que estendeu ao trabalhador rural autônomo enquadrado como contribuinte individual, por mais dois anos, o prazo para requerer aposentadoria por idade. O prazo era estabelecido pela Lei 8.213/91, e se extinguiu em 2006. A prorrogação foi prevista na Lei 11.368/06, mas referia-se apenas aos trabalhadores rurais empregados. A MP 385 foi editada para corrigir esse problema, permitindo a prorrogação também aos autônomos que preenchem os requisitos.

De acordo com a exposição de motivos do ministro da Previdência Social, Luiz Marinho, a MP 385 estava, no entanto, trancando a pauta de votações na Câmara e impedindo, assim, a apreciação de matérias de interesse do governo. Na ocasião, estava em votação a prorrogação da cobrança da CPMF, que acabou sendo derrotada no Senado.

Geraldo Magela



Paim quer discutir políticas públicas e os 120 anos da Abolição da Escravatura

Comissão pode fazer ciclo de audiências sobre negros

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) deverá analisar, em reunião marcada para as 9h de hoje, requerimento do senador Paulo Paim (PT-RS) para realização de um ciclo de audiências públicas sobre questões de interesse da comunidade negra no Brasil. O parlamentar pretende que os temas sejam debatidos semanalmente nos meses de abril e maio.

Seriam discutidos, segundo Paim, projetos, em tramitação no Congresso Nacional, relacionados aos negros; políticas do governo Luiz Inácio Lula da Silva voltadas para as comunidades negras; e as possibilidades de inclusão no currículo escolar da história do negro no Brasil. O senador também defende a discussão, na CDH, das matrizes religiosas das comunidades negras e dos 120 anos da Abolição da Escravatura, ato que ele considera não concluído.

Estatuto

Na mesma reunião, a comissão deve examinar projeto de lei do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) que modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) para obrigar entidades que acolhem menores a terem, em seus quadros, pessoal capacitado para reconhecer e reportar maus-tratos cometidos contra eles.

Na justificativa do projeto (PLS 417/07), Crivella manifesta inconformismo diante das estatísticas da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) mostrando que apenas 2% dos casos de abusos sexuais contra crianças são denunciados. A omissão ocorre especialmente quando o agressor é parente da vítima ou pessoa próxima a ela.

Pode também ser votado projeto (PLS 339/07) de Papaléo Paes (PSDB-AP) que inclui as pessoas com visão monocular entre os beneficiários da legislação (Lei 7.853/89) que garante apoio aos portadores de deficiência.

CCJ examina substitutivo que consolidou diversas propostas, entre elas as que prevêem eleição direta para os suplentes

Em votação, novas regras para a suplência

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode aprovar hoje, em reunião às 10h, novas regras para a suplência de senador. O relator da matéria, senador Demostenes Torres (DEM-GO), consolidou num substitutivo diversas propostas de emenda à Constituição (PECs).

Duas delas, dos senadores Tião Viana (PT-AC) e Eduardo Suplicy (PT-SP), propõem a eleição direta para suplentes. A primeira (PEC 18/07) estipula que o partido apresentará dois candidatos a suplente para cada candidato a senador, sendo que somente um será eleito. A segunda (PEC 55/07) prevê a eleição de dois entre três candidatos a suplente.

Outra iniciativa, a PEC 11/03, tramita com mais seis proposições e permite que o suplente substitua o senador titular, mas



Integrantes da Comissão de Justiça devem também apreciar pauta com outros 20 itens

proíbe que ele o suceda no exercício do mandato. A iniciativa é do senador Sibá Machado (PT-AC), suplente da senadora licenciada Marina Silva, ministra do Meio Ambiente desde o início de 2003. A proposta proíbe de ocupar a suplência cônjuges e parentes

consangüíneos do titular, até segundo grau, ou por adoção, e prevê nova eleição para o caso de o titular deixar o mandato.

Outra emenda (PEC 8/04), do senador Jefferson Péres (PDT-AM), admite a eleição para suplente do titular que deixar o

cargo, mas somente se a vacância ocorrer a mais de 30 meses para o fim do mandato.

A pauta da CCJ tem outros 20 itens, entre os quais a indicação da juíza Kátia Magalhães Arruda, do Tribunal Regional do Trabalho (16ª Região-Maranhão), para integrar o Tribunal Superior do Trabalho (TST). O parecer será apreciado em votação secreta.

Deve ser apreciada ainda proposta (PLS 217/06) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que altera a Lei de Execução Penal para autorizar a instalação de salas de aulas nos presídios. O PLS 86/05, do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), pode igualmente ir a voto. Ele responsabiliza os gestores dos bancos administradores dos fundos constitucionais por atos de improbidade administrativa.

Prática do aborto sensibiliza pouco a sociedade, diz Heloísa Helena

A ex-senadora Heloísa Helena afirmou ontem, durante o 1º Encontro Brasileiro de Legisladores e Governantes pela Vida, que, na faixa etária reprodutiva das mulheres – dos dez aos 49 anos –, 3% das mortes são relacionadas à gravidez, e, dessas, 8% estão diretamente relacionadas ao aborto.

– Não podemos dizer que elas [as brasileiras] estão morrendo de aborto – observou a ex-senadora, ao ressaltar que os métodos utilizados na prática, como a curetagem, não sensibilizam tanto as pessoas como o fato de uma mãe jogar seu filho recém-nascido no lixo. O seminário está sendo promovido no Senado pela Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida – Contra o Aborto.

Segundo a ex-parlamentar, dados do Ministério da Saúde mostram que a morte de mulheres em razão de problemas

relacionados à gravidez, parto e puerpério (pós-parto) não está entre as dez principais causas de óbito feminino. De acordo com o ministério, das quase 370 mil mortes de brasileiras em 2004, somente 0,5% foram decorrentes dessas complicações.

O encontro, explicou o deputado Luiz Bassuma (PT-BA), presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida, objetiva evitar a legalização do aborto no país. Ele lembrou que morrem cerca de 50 milhões de crianças a cada ano no mundo vítimas de aborto em países onde a prática é legalizada. O número, disse, é superior às mortes ocorridas durante a Segunda Guerra Mundial.

Bassuma informou que seriam recolhidas assinaturas para CPI sobre comércio clandestino de substâncias abortivas e prática do aborto no país.



Helóisa Helena participa, no Senado, do 1º Encontro Brasileiro pela Vida



Reunião da CMO foi adiada para hoje em razão da morte do senador Jonas Pinheiro

Apresentação do relatório final do Orçamento 2008 será às 10h

O relator-geral do projeto de lei do Orçamento para 2008, deputado José Pimentel (PT-CE), apresenta às 10h de hoje seu relatório final à Comissão Mista de Orçamento (CMO). A reunião prevista para ontem foi adiada para hoje em virtude do falecimento do senador Jonas Pinheiro (DEM-MT), titular da comissão.

Pimentel entregou o texto anteontem, quando adiantou seus pontos principais em entrevista coletiva. Agora, o relatório deve ser lido na comissão para que se iniciem então os debates sobre suas análises e recomendações. O relator cortou R\$ 12,4 bilhões nas despesas para 2008 como forma de compensar o fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Mecanismo previsto pelo relator-geral poderá suavizar a

rigidez dos cortes anunciados, estipulados em percentuais sobre os grupos despesas de custeio e investimento. Por meio do dispositivo, órgãos dos três Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) poderão retirar recursos de determinada ação para alocar em outras que considerem mais importantes, até o valor previsto para a despesa antes do corte.

A Comissão de Orçamento deve analisar também o relatório do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves, que aponta restrições em 40 obras, as quais podem ter seus recursos bloqueados enquanto não forem sanadas as irregularidades. O comitê baseou-se em relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU), que encontrou problemas em 178 obras entre 231 fiscalizadas.